



ADVOGADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **20** questões, numeradas de **1 a 20**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **2h30min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

Conhecimentos Específicos

Questão 01

A disciplina da prescrição e da decadência no Código Civil integra o regime jurídico dos fatos jurídicos em sentido amplo, estabelecendo consequências específicas para a inércia do titular do direito e distinguindo a extinção da pretensão da perda do próprio direito potestativo. À luz das disposições expressas no Código Civil, analise as afirmativas e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas:

(__)Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, que se extingue pela prescrição.

(__)A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição pela parte a quem aproveita.

(__)A decadência legal não pode ser renunciada.

Assinale a alternativa correta, de cima para baixo:

- (A) V, V, F.
- (B) V, F, V.
- (C) V, V, V.
- (D) F, V, V.

Questão 02

No âmbito do regime jurídico-administrativo, a autotutela impõe à Administração Pública o dever de controle interno sobre seus próprios atos, distinguindo-se a retirada por ilegalidade daquela fundada em juízo de conveniência e oportunidade. Considerando a disciplina legal aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração pode anular atos ilegais e revogar atos válidos, inexistindo prazo decadencial para anulação de atos favoráveis, ainda que o administrado esteja de boa-fé.
- (B) A Administração pode revogar atos ilegais por conveniência administrativa e deve convalidar atos com vício de finalidade sempre que não houver prejuízo ao interesse público.
- (C) A Administração deve anular atos ilegais e pode revogar atos válidos por conveniência e oportunidade, admitindo-se convalidação de vícios sanáveis de competência e forma, observada a decadência quinquenal para anulação de atos favoráveis, salvo má-fé.
- (D) A Administração deve anular atos ilegais e pode revogar atos válidos, sendo admitida a convalidação de vícios relativos ao motivo e à finalidade quando preservado o interesse público.

Questão 03

No sistema normativo tributário brasileiro, a obrigação tributária apresenta estrutura própria, distinguindo-se em principal e acessória, com disciplina expressa quanto à sua constituição, conteúdo e consequências jurídicas decorrentes do inadimplemento. Considerando as

disposições do Código Tributário Nacional acerca da obrigação tributária, analise as afirmativas e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas:

(__)A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador.

(__)A obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária.

(__)A inobservância da obrigação acessória converte-se em obrigação principal quanto à penalidade pecuniária.

Assinale a alternativa correta, de cima para baixo:

- (A) V, V, V.
- (B) V, F, V.
- (C) V, V, F.
- (D) F, V, V.

Questão 04

Nos termos do Art. 151 do Código Tributário Nacional, suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- (A) A prescrição e a decadência.
- (B) O pagamento, a compensação e a remissão.
- (C) A isenção e a anistia.
- (D) A moratória e o depósito do montante integral.

Questão 05

O exercício do poder de polícia revela manifestação típica da supremacia do interesse público sobre o privado, legitimando a imposição de restrições administrativas a direitos individuais. À luz da definição legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se poder de polícia a atividade jurisdicional de imposição de obrigações individuais, dependente de autorização judicial prévia para restringir direitos.
- (B) Considera-se poder de polícia a atividade administrativa que limita ou disciplina direitos e liberdades em razão do interesse público, regulando a prática de atos ou abstenções relacionadas à segurança, higiene, ordem e atividades econômicas dependentes de autorização estatal.
- (C) Considera-se poder de polícia a atividade administrativa interna, restrita ao poder hierárquico, sem incidência normativa sobre particulares.
- (D) Considera-se poder de polícia a atividade administrativa exclusivamente sancionatória, exercida apenas após infração consumada, sendo vedada atuação preventiva sobre particulares.

Questão 06

O mandado de segurança constitui remédio constitucional destinado à tutela de direitos individuais e coletivos em hipóteses específicas. Assinale a alternativa correta.

- (A) Conceder-se-á mandado de segurança para impugnar lei em tese, sempre que houver alegação de ofensa constitucional.
- (B) Conceder-se-á mandado de segurança ainda que já exista remédio constitucional específico adequado.
- (C) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando praticado ato ilegal ou abusivo por autoridade pública.
- (D) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger qualquer direito subjetivo ameaçado, ainda que dependa de dilação probatória ampla.

Questão 07

O processo legislativo constitucional brasileiro estrutura-se em fases sucessivas e espécies normativas expressamente previstas no texto da Constituição da República, estabelecendo requisitos formais rigorosos especialmente para a alteração do próprio texto constitucional. Considerando as disposições constitucionais acerca das espécies normativas e do procedimento de emenda à Constituição, analise as afirmativas e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas:

(__) A Constituição enumera as espécies normativas do processo legislativo.

(__) A proposta de emenda à Constituição exige dois turnos e três quintos dos votos.

(__) A emenda constitucional é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado.

Assinale a alternativa correta, de cima para baixo:

- (A) V, V, V.
- (B) V, V, F.
- (C) F, V, V.
- (D) V, F, V.

Questão 08

A Constituição da República atribui ao Supremo Tribunal Federal competências específicas relacionadas à guarda da Constituição e ao exercício do controle concentrado de constitucionalidade, estabelecendo hipóteses de competência originária para o julgamento de determinadas ações de natureza objetiva. À luz das disposições constitucionais pertinentes, analise as afirmativas a seguir:

I. A guarda da Constituição.

II. Julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade.

III. Julgar originariamente a ação declaratória de constitucionalidade.

IV. Julgar originariamente a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Estão corretas:

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.

Questão 09

A Constituição Federal estabelece hipóteses taxativas de acumulação remunerada de cargos públicos, condicionadas à compatibilidade de horários. Assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a acumulação de dois cargos privativos de profissionais de saúde, ainda que haja compatibilidade de horários.
- (B) É admitida a acumulação de três cargos públicos quando dois forem de professor e um técnico.
- (C) É permitida a acumulação remunerada de quaisquer dois cargos públicos sempre que houver compatibilidade de horários.
- (D) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo as hipóteses constitucionais expressas, desde que haja compatibilidade de horários.

Questão 10

No âmbito dos crimes contra a Administração Pública, o tipo penal de peculato exige elementos objetivos e subjetivos específicos. Assinale a alternativa correta.

- (A) Configura peculato quando o funcionário público se apropria ou desvia bem móvel de que tem posse em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio.
- (B) Configura peculato quando o funcionário público solicita vantagem indevida sem apropriação de bem.
- (C) Configura peculato quando particular se apropria de bem público, ainda que não exerça função pública.
- (D) Configura peculato quando o funcionário público retarda ato de ofício para satisfazer interesse pessoal.

Questão 11

O regime jurídico do crédito tributário distingue os institutos da decadência e da prescrição, disciplinando, respectivamente, os prazos para constituição do crédito e para sua cobrança judicial, bem como estabelecendo prazo próprio para a restituição de tributos pagos indevidamente. À luz das disposições expressas no Código Tributário Nacional, analise as afirmativas a seguir:

I. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da sua constituição definitiva.

II. A prescrição interrompe-se pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

III. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se em 5 anos.

IV. O direito de pleitear restituição extingue-se em 5 anos,

contados da extinção do crédito tributário.

Estão corretas:

- (A) Apenas I, II e IV.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) I, II, III e IV.

Questão 12

A Constituição da República consagra instrumentos processuais destinados à tutela imediata de direitos fundamentais, estruturando mecanismos específicos para proteção da liberdade de locomoção, do acesso a informações pessoais e do exercício de prerrogativas constitucionais dependentes de regulamentação normativa. Considerando as disposições expressas no texto constitucional acerca dos remédios constitucionais, analise as afirmativas e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas:

(___) O habeas data é cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registros ou bancos de dados governamentais ou de caráter público.

(___) O mandado de injunção é cabível quando a ausência de norma regulamentadora tornar inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania.

(___) O habeas corpus é cabível quando alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

Assinale a alternativa correta, de cima para baixo:

- (A) V, F, V.
- (B) F, V, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, V, V.

Questão 13

A estrutura organizacional da Administração Pública brasileira decorre de comando constitucional expreso quanto à criação e autorização de entidades integrantes da administração indireta. Nos termos do art. 37, XIX, da Constituição da República, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente por lei específica pode ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação das fundações públicas.
- (B) Empresas públicas e sociedades de economia mista independem de autorização legislativa específica para sua instituição.
- (C) A criação de fundação pública dispensa autorização legislativa específica quando vinculada a órgão da administração direta.

- (D) Autarquias podem ser criadas por decreto do Chefe do Executivo, desde que haja previsão orçamentária específica.

Questão 14

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14.133/2021) disciplina expressamente a matriz de riscos como cláusula contratual destinada à alocação objetiva de responsabilidades. Nos termos da referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A matriz de riscos possui caráter meramente indicativo e não vincula as partes quanto à distribuição contratual de responsabilidades.
- (B) A existência de matriz de riscos impede qualquer revisão contratual fundada em álea extraordinária.
- (C) É vedada a inclusão, na matriz de riscos, de eventos imprevisíveis ou extraordinários.
- (D) A matriz de riscos é cláusula contratual que estabelece a repartição objetiva de responsabilidades entre as partes quanto a eventos supervenientes, nos termos da lei.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 15 a 17.

Professora brasileira é eleita a mais influente do mundo, em Dubai.

A professora brasileira Débora Garofalo foi reconhecida como a educadora mais influente do mundo pela *Varkey Foundation*, organização internacional responsável pelo *Global Teacher Prize*. A entrega ocorreu em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, durante um evento da fundação.

O reconhecimento faz parte de um prêmio lançado neste ano para destacar educadores que utilizam as mídias sociais como ferramenta para ampliar o alcance do aprendizado para além da sala de aula. Segundo a organização, a iniciativa busca mapear experiências educacionais que ganham escala e diálogo com diferentes públicos.

Débora se torna a primeira pessoa a receber essa distinção. O prêmio foi entregue na última segunda-feira (2), em um jantar realizado no hotel *Atlantis, The Palm*.

A *Varkey Foundation* é conhecida por criar o **Global Teacher Prize**, prêmio internacional frequentemente chamado de "Nobel da Educação". A fundação atua na promoção de políticas e práticas educacionais em diferentes países.

Em publicação nas redes sociais, a fundação afirmou que a educadora transforma materiais descartados em experiências de aprendizado e amplia o debate educacional em diferentes contextos.

<https://www.sonoticiaboa.com.br/2026/02/05/professora-brasileira-eleita-mais-influente-mundo-dubai>

Questão 15

"Segundo a organização, a iniciativa busca mapear experiências educacionais que ganham escala e diálogo com diferentes públicos."

Os vocábulos a seguir estão corretamente acentuados pela mesma regra da palavra 'diálogo', exceto:

- (A) alcoólatra, monossílabo e fonética.
- (B) Sílabo, veículo e míope.
- (C) Antídoto, auréola e máquina.
- (D) Página, código e ávaro.

Questão 16

"A professora brasileira Débora Garofalo foi reconhecida como a educadora mais influente do mundo pela *Varkey Foundation*, organização internacional responsável pelo *Global Teacher Prize*."

A expressão 'foi reconhecida' estabeleceu concordância adequada. Agora, analise a concordância nas frases a seguir:

- I. Consideraram inadequadas as atitudes e os gestos do suspeito.
- II. É proibido entrada de pessoas estranhas.
- III. É necessária a segurança no ambiente escolar.
- IV. Na classe, há menos meninas do que meninos.

As frases que apresentam concordância adequada são:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

Questão 17

"Em publicação nas redes sociais, a fundação afirmou que a educadora transforma materiais descartados em experiências de aprendizado e amplia o debate educacional em diferentes contextos."

Com base na regência verbal e nominal do trecho, analise as afirmativas a seguir:

- I. O verbo 'afirmar' atua como transitivo direto, tendo como objeto direto a oração introduzida pela conjunção 'que'.
- II. O verbo 'transformar' atua como bitransitivo, exigindo um dos complemento regido pela preposição 'em'.
- III. O verbo 'ampliar' atua como transitivo indireto, pois exige complemento antecedido de preposição.
- IV. Na frase "Aquela nobre filosofia, posta em prática, transformou-o", o verbo 'transformar' apresenta transitividade diferente da apresentada no trecho da questão.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I e III, apenas.

Conhecimentos Gerais

Questão 18

A intensificação do uso de tecnologias digitais tem redefinido padrões produtivos, relações de trabalho e formas de interação social. Sistemas baseados em inteligência artificial, infraestrutura em nuvem, redes de alta conectividade e mecanismos de segurança cibernética passaram a integrar políticas públicas e estratégias empresariais. Ao mesmo tempo, debates éticos e regulatórios ganham relevância diante do uso massivo de dados e da automação de decisões. Nesse cenário, a compreensão dos fundamentos técnicos e das implicações sociais dessas inovações torna-se essencial para a análise crítica das transformações em curso. Considerando esse contexto, analise as afirmações a seguir e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

() Modelos de inteligência artificial generativa são capazes de produzir textos, imagens e códigos a partir de padrões aprendidos em grandes volumes de dados.

() A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de infraestrutura física de servidores por parte das empresas.

() A expansão das redes de quinta geração favorece aplicações que exigem baixa latência e maior capacidade de conexão simultânea.

() A criptografia é irrelevante para a segurança digital em ambientes corporativos, pois a proteção depende exclusivamente de antivírus.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) F, V, F, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, F, V, F.

Questão 19

A formação territorial catarinense articulou ocupações litorâneas, frentes de interiorização e experiências de colonização que produziram um mosaico regional. A presença de diferentes matrizes migratórias, associada à pequena propriedade e a redes urbanas de porte médio, contribuiu para a difusão de atividades produtivas em múltiplos polos. Ao longo do processo de modernização, consolidaram-se cadeias agroindustriais e segmentos industriais especializados, com forte integração logística e mercantil. Nesse quadro, a economia estadual passou a combinar dinamismo exportador, diversificação setorial e serviços de apoio à produção. Considerando esses fundamentos históricos e socioeconômicos, qual caracterização interpreta de modo mais consistente a

base do desenvolvimento catarinense?

- (A) A dependência estrutural de um único eixo extrativo-mineral como motor do crescimento, com pouca integração entre regiões e setores produtivos.
- (B) A consolidação de uma economia diversificada, estruturada em polos regionais e sustentada pela articulação entre serviços, indústria e agropecuária.
- (C) A predominância de um modelo econômico concentrado em monocultura extensiva, com baixa diversificação produtiva e fraca urbanização regional.
- (D) A centralização quase exclusiva das atividades econômicas na administração pública, com reduzida participação de cadeias industriais e agroalimentares.

Questão 20

A Lei Orgânica Municipal constitui o principal instrumento normativo de organização político-administrativa do Município, disciplinando direitos, deveres e garantias no âmbito local. No que se refere aos servidores públicos, o texto da Lei Orgânica de Mondai/SC estabelece diretrizes relativas ao regime jurídico, à estruturação de carreiras e à política remuneratória, com vistas à profissionalização e à observância do princípio da isonomia. O dispositivo também prevê exceções expressas quanto às diferenças de vencimentos e condiciona a aplicação de determinados critérios à regulamentação específica. À luz do artigo apresentado, qual alternativa expressa corretamente o conteúdo normativo nele previsto?

- (A) O Município deve instituir regime jurídico único e planos de carreira voltados à profissionalização, assegurando isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas, ressalvadas vantagens individuais e aspectos relativos à natureza ou ao local de trabalho.
- (B) O Município pode adotar regimes jurídicos distintos para cada órgão da administração direta e indireta, sendo facultativa a instituição de planos de carreira.
- (C) Os planos de carreira municipais possuem caráter meramente administrativo, desvinculados de qualquer finalidade de profissionalização do serviço público.
- (D) A isonomia de vencimentos entre servidores municipais é absoluta, vedando qualquer distinção fundada na natureza das atribuições ou no local de exercício.